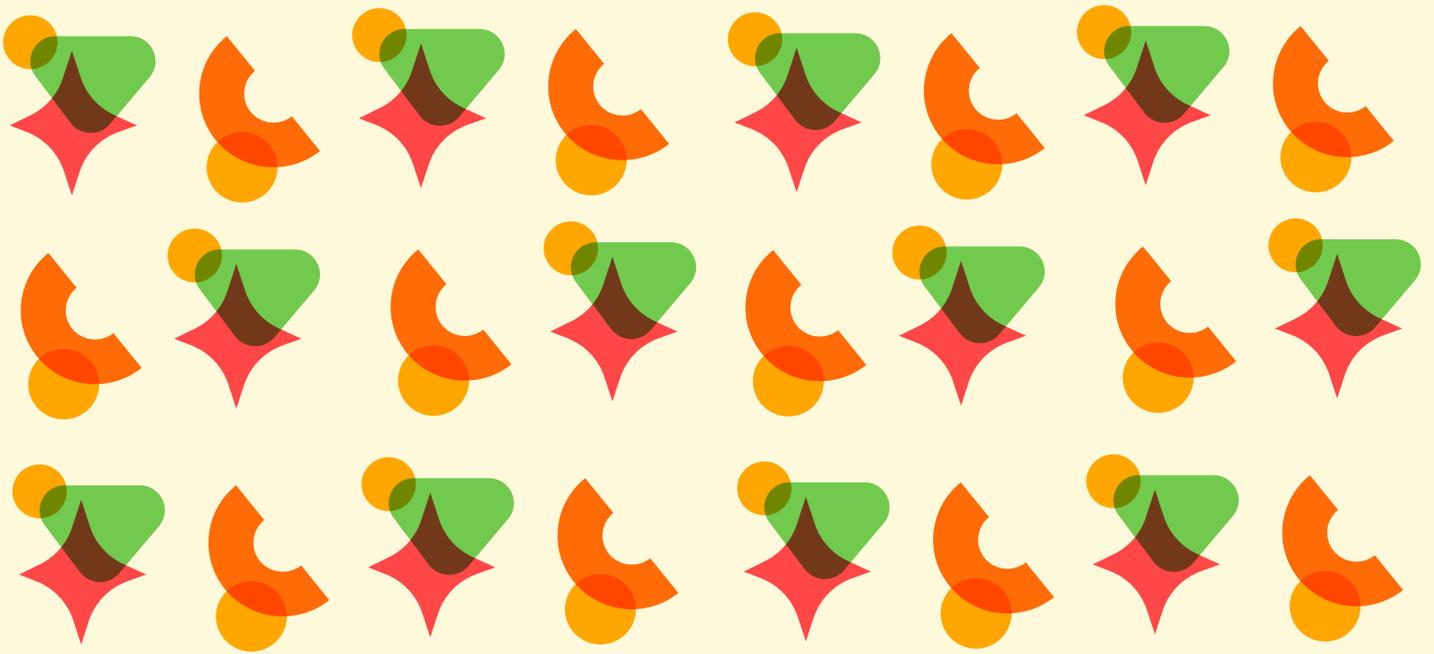


# MANI FESTO



Prezadas amigas, amigos e parceiros, comunidades tradicionais, instituições públicas e organizações de cooperação internacional,

É com alegria e entusiasmo que apresentamos publicamente a **REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS**, oficialmente constituída no início do ano de 2023, como resultado final do Encontro “Cuidado, Gênero e Território: reflexões desde América Latina e Caribe”, em Rio Branco<sup>1</sup>, Acre-Brasil, de 13 a 16 de março do referido ano. O encontro foi organizado pelo projeto Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice (GRRIPP)<sup>2</sup> - na América Latina e Caribe (LAC) com financiamento do Fundo de Inovação e Pesquisa do Governo Britânico (UKRI-GCRF). E, dentre outros objetivos, o referido evento buscou fortalecer a formação de redes que lidam com o cuidado territorial, na perspectiva interseccional, reunindo lideranças e representações de instituições e coletivos do Nordeste, Amazônia Legal Brasileira e Guatemala.



# A REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS

é um coletivo brasileiro com redes no Brasil e na Guatemala, construído na compreensão das cosmo-percepções de cada território, pautadas pelos seus processos e fluxos territoriais desde a dimensão cultural, identitária, educativa, política, ética, social e econômica. E, busca alcançar outras comunidades que trabalham pelos seus territórios, assim como estabelecer alianças estratégicas com instituições públicas e organizações de cooperação internacional.

Nossa organização e planejamento parte das múltiplas experiências comunitárias, das nossas vivências, da lida cotidiana de nossas vidas, fazeres, narrativas e escrevivências<sup>3</sup> dos territórios da Coletiva Chã de Terra, do Instituto Mulheres da Amazônia – IMA, do Centro Cultural Quilombo Catucá e da Fundação Kemb'alil. Além das presenças e contribuições e acompanhamentos fundamentais de outros sujeitos presentes em nossos encontros advindos das relações tecidas através do projeto GRRIPP.



<sup>1</sup> O evento em Rio Branco foi organizado em parceria com o Instituto Mulheres da Amazônia.

<sup>2</sup> O projeto GRRIPP é coordenado pela Universidade de Londres (UCL) e na região de América Latina e o Caribe é executado pela Pontifícia Universidade Católica do Peru.

<sup>3</sup> Criado por Conceição Evaristo, o termo "escrevivência" traz a junção das palavras "escrever e vivência", mas a força de sua ideia não está somente nessa aglutinação; ela está na genealogia da ideia, como e onde ela nasce e a que experiências étnica e de gênero ela está ligada, explicou a escritora e educadora.



A Coletiva Chã de Terra é uma organização da sociedade civil, nascida dos anseios e necessidades das mulheres brasileiras, em especial, nordestinas, que visa a promoção de formação, pesquisa, ofícios e práticas culturais com foco na agricultura regenerativa, justiça socioambiental e autonomia, abrangendo com muita ênfase nos últimos anos as três seguintes regiões, e biomas diferentes que existem, no estado de Pernambuco: (1) Serra dos Paus Dóias, no município de Exu-PE (região do Sertão do Araripe); (2) Serra dos Xukurus do Ororubá, no município de Pesqueira-PE (região do Agreste Central); (3) Sítio Malokambo, no município de Tracunhaém-PE (região da Zona da Mata Norte). O estado de Pernambuco, por ter uma efervescência cultural e biodiversa muito grande, abriga diferentes ecossistemas e também diferentes desafios, em um mesmo estado.



O Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) tem seu foco primordial na abordagem de gênero e meio ambiente. É a continuidade do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), atuando nos nove Estados da Amazônia Legal Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O IMA visibiliza e fortalece o protagonismo das mulheres amazônidas, evidenciando suas especificidades sociais, econômicas e culturais, reverenciando perante suas identidades culturais, sua diversidade de classe, raça, etnia, orientação sexual, geração, território, conhecimentos e saberes tradicionais e ancestrais. As ações do IMA são desenvolvidas fundamentalmente na perspectiva da qualificação das mulheres da Amazônia, fortalecendo seu protagonismo na defesa das florestas, dos povos que nela habitam, na defesa dos corpos territórios, buscando garantir a integridade da maior biodiversidade do planeta e assim assegurar a perpetuação da VIDA.

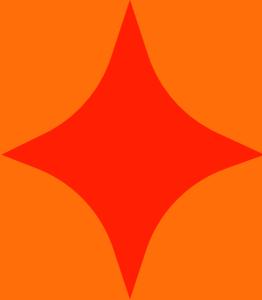




O Quilombo Catucá, surgido a partir dos povos remanescentes de Quilombo em Pernambuco, desenvolve relações e realiza articulações culturais, territoriais, artísticas, educativas e religiosas para entrelaçar as experiências do coletivo com os povos de outros territórios e com projetos que atuem para mitigar os efeitos das crises climáticas globais, especialmente em relação aos corpos periféricos, de pretas, pretos, indígenas, LGBTQIA+, identidades, histórias, vibrações, cosmovisões e modos de ser e existir no mundo.

A Fundação Kemb'alil tem como objetivo desenvolver processos coletivos, recíprocos e solidários baseados em conhecimentos e práticas ancestrais para o exercício do ser e do fazer de mulheres, homens e jovens para buscar o bem comum dos nossos povos, um espaço de aprendizado, resistência e resiliência. O espírito de cada ação é a convivência, a vida comunitária e a aprendizado mútuo.





Nossa rede surge neste momento desafiador em que os problemas socioambientais enfrentados no Brasil e na América Latina são cada vez mais urgentes e complexos.

As mudanças climáticas nos atingem mais fortemente e ameaçam a vida em nosso planeta de uma forma sem precedentes. Somos mais afetados por crises socioclimáticas e sofremos mais intensamente com as desigualdades sociais estruturais e com as violações de direitos humanos. Reiteradamente, nos é negado o direito à vida, à segurança alimentar, à saúde, à educação, à moradia, às nossas manifestações culturais e religiosas, ao exercício efetivo dos direitos políticos, da nossa dignidade e cidadania. Além de sermos nós o alvo do racismo estrutural e ambiental. Todos esses fatores corroboram para que nós, povos originários e integrantes das comunidades tradicionais, que protegemos e valorizamos a biodiversidade, sejamos os mais intensamente afetados por essas crises.



Assim, em sinergia com a natureza e tudo o que cerca o ser humano, promovendo a equidade, a interseccionalidade e o equilíbrio, a rede se articula em cinco eixos principais:

---

## 1. Saberes Ancestrais e saúde

### Objetivo

Reconhecer e salvaguardar os conhecimentos e as atividades desenvolvidas pelos povos originários, povos negros, povos de terreiro e outras comunidades tradicionais; promover o diálogo entre saúde pública, desenvolvimento sustentável sob a ótica institucional, com os saberes ancestrais e tradicionais; implementar estratégias e ações de salvaguarda dos modos de vida, saberes e práticas de cuidado humano e do ambiente relacionado à preservação de nossos biomas, das nossas culturas, à agricultura, alimentação e saúde comunitária; desenvolver metodologias de participação popular; fomentar a criação de escolas populares, bibliotecas e museus comunitários (política de incentivo) – espaço de perpetuação do saber, espaço de saber de memórias, de construção e transformação permanente do ser humano.

---

## 2. Gênero e Interseccionalidades

### Objetivo

Empoderar as mulheres no âmbito político, econômico e cultural, visibilizando nossas realidades, nossas várias formas de ser e estar em nossos territórios, evidenciando nossa pluralidade; garantir nosso protagonismo enquanto sujeitas da nossa própria história, dos nossos corpos territórios; fazer o enfrentamento à todas as formas de violência contra as mulheres, buscando erradicar o extermínio de nossos corpos, a prática do feminicídios, lesbocídios e



transfeminicídio; dialogar com os poderes institucionais responsáveis pela implementação de políticas públicas buscando assegurar políticas que garantam uma assistência humanizada na área da saúde integral das mulheres, respeitando suas práticas na utilização das medicinas tradicionais e ancestrais; redução da gravidez na infância e na adolescência, bem como manter as mães precoces na escola e com condições econômicas para viver; propor políticas inclusivas no mundo do trabalho, com respeito à sua diversidade de práticas produtivas e de autonomia econômica; valorizar, através da inclusão no Sistema Único de Saúde, a prática milenar das Parteiras Tradicionais.

---

### 3. Saúde e Segurança Alimentar

#### Objetivo

Acolher a comunidade de forma integrativa e promover saúde integral com pertinência cultural e qualidade; reduzir danos causados pelo uso de substâncias entorpecentes e promover/apoiar políticas antidrogas; aprimorar o serviço de saúde pública nos municípios; implementar ações estratégicas de incentivo e valorização dos (1) saberes e práticas da agricultura popular e tradicional (agricultura regenerativa e de baixa emissão de carbono); (2) quintais produtivos e medicinais, para ajudar a sanar as questões de saúde das comunidades a partir da medicina popular e tradicional, apoiados no lema “Nosso remédio é o nosso alimento”, assim como valorar a saúde preventiva que está nas plantas e em tudo o que emana da Mãe Terra.





---

## 4. Direitos Humanos e Enfrentamento a Violência baseada em gênero, raça e etnia

### Objetivo

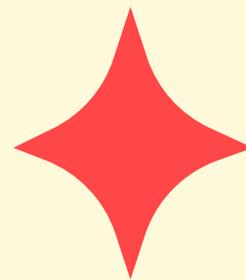
Desenvolver ações estratégicas de (1) enfrentamento ao racismo estrutural, inclusive o ambiental e religioso; (2) cura, reparação e prevenção das violências sofridas pelas mulheres e jovens indígenas e negras; (3) lutar pelo direito de manifestação e preservação da espiritualidade da matriz afro e indígena nos territórios.

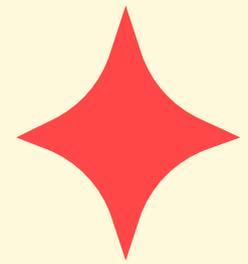
---

## 5. Meio Ambiente e Territorialidade

### Objetivo

Garantir a proteção dos direitos dos povos originários e tradicionais, assim como de seus territórios; adotar e apoiar ações para promover a segurança alimentar e nutricional desses povos, bem assegurar-lhes o direito à terra, recuperar seu conhecimento, suas práticas ancestrais e rituais sagrados para viver com a natureza.





## As ESCOLAS DOS TERRITORIOS VIVOS

serão os instrumentos para a realização das ações da rede, via implantação da escola popular que funcionará em rede junto aos territórios para gerar processos de diálogos intergeracionais e interculturais, e reuniões de convivência comunitária. Essas escolas serão lideradas pelas mulheres da rede considerando a experiência e trajetória para garantir a continuidade dos processos formativos. Além disso, a rede pretende efetivar um programa de comunicação comunitária nos territórios, formando jovens agentes comunicadores locais e com habilidades de articular redes interterritorializadas, bem como incentivar o contato entre jovens e anciãos (diálogos intergeracionais e interculturais).





Regem a nossa atuação os seguintes princípios:

---

1.

## **Defesa da Soberania da Amazônia**

É falar da maior biodiversidade do planeta! É a garantia dos direitos humanos dos povos e seus territórios. É falar da justiça social e ambiental na sua mais ampla realidade, e tratar a Amazônia como um útero que gera e produz vida no planeta. É a nossa Mãe Terra. É, sobretudo, respeitar sua função cósmica, social, ambiental e cultural. É romper com as desigualdades sociais, econômicas e regionais. É compreender sua múltipla função, preservar seus valores e saberes ancestrais, na sua relação com a biodiversidade e sua dimensão étnico-racial. É garantir a vida na sua diversidade e ancestralidade, numa grata relação com a florestania em harmonia com a vida nos territórios e sua amazonialidade e encantamentos.

---

2.

## **Defesa da soberania dos Territórios Nordestinos**

reconhecendo que os Territórios Nordestinos integram o território nacional brasileiro, e aglutinam uma diversidade de biomas e biodiversidades de extrema importância para o planeta, como a Caatinga – maior parte do Nordeste (bioma exclusivamente brasileiro, de clima semi-árido, em alerta sobre a desertificação, e produtor de espécies vegetais endêmicas responsáveis por reter em maior eficácia o gás carbônico dentre as demais espécies vegetais brasileiras); o bioma Cerrado (Oeste da Bahia, Piauí e Leste do Maranhão), o bioma da Mata Atlântica (Litoral Nordestino, até o Rio Grande do Norte); e a Floresta Amazônica (Oeste do Maranhão). Além de reconhecer sua potência em biodiversidade, é de extrema importância reconhecer que é necessário ter a coletividade o direito de usufruir do meio ambiente, cabendo ao Estado brasileiro,



solidariamente com brasileiros e estrangeiros residentes no país, o dever-poder de gerir seu território, sem prejuízo dos direitos dos habitantes de todo o planeta de empreender esforços para assegurar o meio ambiente equilibrado, essencial à qualidade de vida saudável e do bem viver, para as presentes e futuras gerações.

---

### 3.

#### **Princípio da promoção da Justiça Climática**

Para busca de soluções sobre a crise do clima considerando a necessidade de divisão mais justa dos investimentos em capital financeiro e das responsabilidades entre os demais países hiper-industrializados do mundo, consumidores de energia e vitalidade do planeta, no combate à emergência climática, assim como em direção à reparação histórica e colonialista vivenciada pelos territórios vivos ao longo de nossas histórias.

---

### 4.

#### **Princípio da luta pelo direito de manifestação, preservação e respeito Das diversas expressões da espiritualidade de matriz afro e indígena nos territórios do Brasil**

Entendendo que nossos territórios vivos são até os dias de hoje atormentados pela violência, preconceito e discriminação acerca de nossas manifestações religiosas, espirituais e cosmológicas, de raízes pretas e indígenas.





---

## 5.

### **Princípio do reconhecimento, valorização, potencialização e preservação dos modos de vida, saberes e práticas culturais originárias, populares, tradicionais e ancestrais de cuidado humano e do meio ambiente**

Para que possamos reinaugurar com dignidade no tempo do agora as nossas perspectivas de bem viver, a partir de nossos ritos, vivências e entendimentos sobre o mundo.

---

## 6.

### **Princípio da observância da transversalização e interseccionalidade de gênero, raça e etnia**

Para que pese a compreensão de que a interseccionalidade e transversalização de gênero, classe, raça e etnia opere na reorganização das relações, das instituições e das estruturas de poder vigentes em nossos mundos.





Defendemos que a existência das comunidades tradicionais está associada intrinsecamente ao sentido de pertencimento aos nossos territórios. Nossa existência está há séculos, e agora mais intensamente, ameaçada pela prática da monocultura, grilagem de terras, agronegócio extensivo, mineração, desmatamentos, devastação das nossas florestas, poluição ambiental, biopirataria etc. disfarçados de projetos de desenvolvimento. Temos sido aliçados de nossos territórios, seja pela violência que exsurge da grilagem invadindo e violentando nossos corpos territórios, seja pela necessidade de fugir de eventos extremos do clima ou pela poluição que inviabiliza nossa permanência nos lugares de nossas vivências ancestrais. A perda de nossos territórios, ameaça nossa cultura e nossos modos de vida, elementos essenciais de nossa identidade, que faz de nós as guardiãs da biodiversidade que protegemos e valorizamos para todos os povos.

Nesse contexto, a **REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS** configura-se como uma teia de encontros de vidas, experiências e de trabalhos debruçados sobre Cuidados entre humanos, a Mãe Terra e as Territorialidades. É uma luz de esperança em meio a essa emergência a que todos e todas nós estamos submetidas, reunindo organizações, coletivos e territórios do Brasil, da região Nordeste e da Amazônia, em torno de um objetivo comum: salvaguardar territórios vivos, e fomentar práticas de sustentabilidade e bem viver, para que possamos viver com dignidade, respeitando a natureza da qual fazemos parte e a nossa poderosa diversidade cultural.





Aqui, as culturas populares e ancestrais são valorizadas como fonte de sabedoria, resistência, resiliência e capacidade estratégica diante dos desafios socioambientais que enfrentamos. É a partir dessa base que a REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS ganha sentido, unindo coletivos e territórios do Brasil em torno de objetivos comuns. Entre essas soluções, estão: práticas de agricultura familiar, agroecologia urbana, preservação ambiental, preparo de remédios feitos de nossa rica biodiversidade, benzimento e rezas, utilização das medicinas tradicionais e ancestrais, respeito e valorização das práticas culturais tradicionais e ancestrais, promoção da cultura e das artes, desenvolvimento comunitário, formação e fortalecimento de habilidades e incidência política.

Partindo desse entendimento comum, da valorização dos saberes da cultura popular e ancestral, formulamos em rede os princípios aqui registrados, norteados também a partir das contribuições das Leis 11.645/08 (torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nas escolas), 10.639/03 (incluiu no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”), 7.716/64 (Lei de enfrentamento e combate ao Racismo), 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente e 4.319/64 (Direitos Humanos), tendo como objetivos a formação, qualificação e incidência política, a partir dos princípios já explicitados. Por outro lado, em nível internacional, respondemos à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



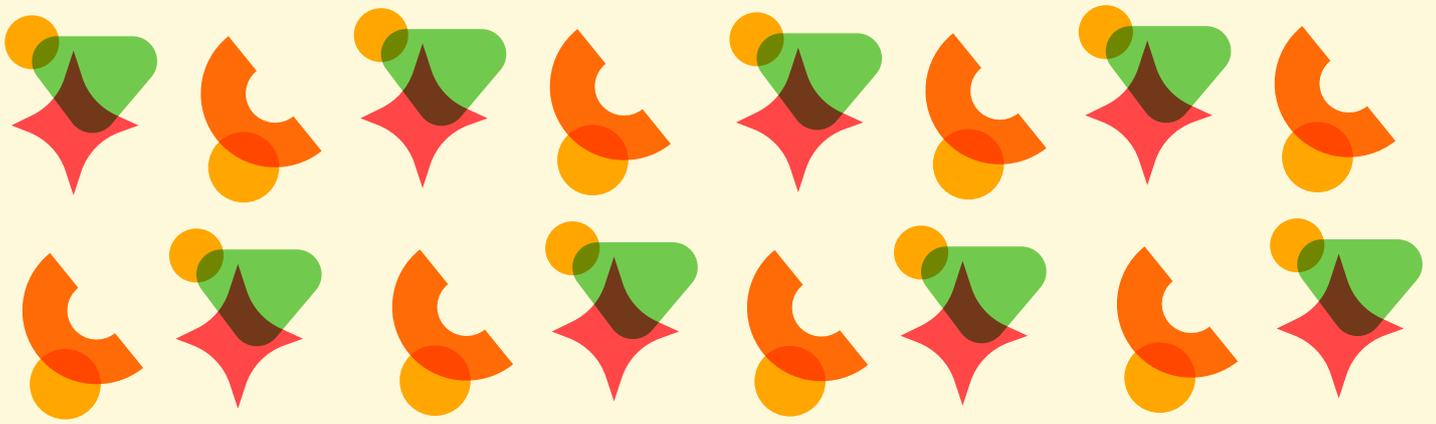


Dessa maneira, a REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS é também, em alguma medida, uma convocatória para todas aquelas pessoas, instituições e povos que acreditam que é possível construir um mundo diverso, saudável, harmonioso e sustentável, onde os modos de vida e diversidade cultural, étnica e social são compreendidos como o horizonte para o enfrentamento de nossos desafios.

Entendemos que juntas e juntos podemos fortalecer nossas comunidades e territórios enquanto espaços de vida, de encontro, de troca, de saberes e de celebração, enfrentando os desafios socioambientais de forma coletiva e organizada.

Acreditamos que é possível reinventar um outro mundo, um mundo em busca do bem viver coletivo, que salvguarde nossos saberes e práticas ancestrais de cuidado humano e mais que humano - o cuidado com o ambiente, com toda sua diversidade e com os povos que nele habitam.





Para isso a **REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS** é uma das ferramentas para construirmos esse futuro desejado, onde as comunidades sejam protagonistas de suas próprias histórias, de seu próprio desenvolvimento e onde nos reverenciamos perante nossa força ancestral e nossa Mãe Terra, cuidando do planeta, cuidando da VIDA!

Contamos com vocês nessa jornada.

Atenciosamente,

**REDE MULTICULTURAL DOS TERRITÓRIOS VIVOS**

*Centro Cultural Quilombo do Catucá;*

*Coletiva Chã de Terra (CHÃ);*

*Instituto Mulheres da Amazônia (IMA).*

*Fundação Kemb'alil (Guatemala).*

